



MÔNICA VERÍSSIMO – PDOT segue na contramão dos acordos internacionais

Professora propõe moratória para o plano

Diante da enorme polêmica sobre a revisão do Plano Diretor de Ordenamento Territorial do DF, a doutora em geologia Mônica Veríssimo, da Universidade de Brasília, defende que o ideal seria declarar uma moratória para, em seguida, retomar os debates do ponto zero. Garante que a proposta segue na contramão dos acordos internacionais firmados pelo Brasil, como a Convenção de Conservação do Patrimônio Mundial, Agenda 21, Convenção sobre a Diversidade Biológica e Objetivos de Desenvolvimento do Milênio.

De acordo com a professora, o plano está dissociado do Programa de Saneamento Ambiental e Gestão Territorial do DF, o Brasília Sustentável, orçado em R\$ 195 milhões, dos quais metade será financiada pelo Banco Mundial (Bird).

Mananciais

Entre seus objetivos, o Brasília Sustentável visa garantir a qualidade dos recursos hídricos do DF e da região metropolitana de Brasília, promovendo a melhoria das condições de vida da população e a gestão sustentável da capital federal. Observa que as mudanças introduzidas no PDOT pelo governo eliminam ou reduzem as áreas de proteção de mananciais, o que contraria os objetivos do programa.

No estudo que elaborou sobre o PDOT, Mônica Veríssimo levanta a possibilidade de o Brasília Sustentável se tornar inviável por meio do PDOT. Segundo ela, o plano não buscou soluções integradas para a gestão ambiental, o desenvolvimento urbano, recursos hídricos, saneamento ambiental e redução da pobreza.

“O PDOT não considera aspectos da sustentabilidade, que está relacionada com a necessidade de inserir, nas políticas de ordenamento territorial, os limites e potencialidades dos sistemas naturais, com vista a garantir cidades com qualidade de vida para todos, dentro de uma perspectiva de longo prazo”, diz o estudo.

Mônica Veríssimo lembra que Brasília foi criada para ser um polo indutor do desenvolvimento. Defende que os investimentos sejam direcionados para os municípios do Entorno, visando a criação de empregos e geração de renda, moradias, educação e saúde. Assim, haveria uma redução das pressões que essas populações exercem sobre a Brasília, cuja função não é atrair pessoas, mas estimular o crescimento das cidades.

— A capital federal veio para ser uma força centrífuga, ou seja, para incentivar o desenvolvimento de outras regiões, e não centrípeta. Hoje, o que vemos é um grande apartheid social, quando comparamos Brasília com as outras cidades que

existem ao seu redor.

Mazelas

Na opinião da professora, o atual governo deveria investir na correção das mazelas sociais herdadas dos governos passados e, assim, reduzir as pressões contra a capital federal, sobretudo na Bacia do Paranoá.

Segundo ela, a Companhia de Saneamento Ambiental (Caesb), no livro *Olhares sobre o Lago Paranoá* recomenda uma reavaliação das 44 projeções previstas para a bacia do Paranoá, a fim de não comprometer todo o investimento em construção de usinas de tratamento de esgoto. Quando as projeções foram previstas, não havia empreendimentos como o Ilhas do Lago, condomínios irregulares e nem as propostas atuais de revisão do PDOT.

Apesar todas as críticas ao plano, a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente não quis comentar a recomendação do Ministério Público do DF à Câmara Legislativa para que não fosse realizada a audiência pública marcada para amanhã.

Por meio da assessoria de comunicação, o secretário Cassio Taniguchi informou que todas as respostas serão dadas terça-feira, durante reunião com representantes do Ministério Público e Câmara Legislativa e técnicos.